

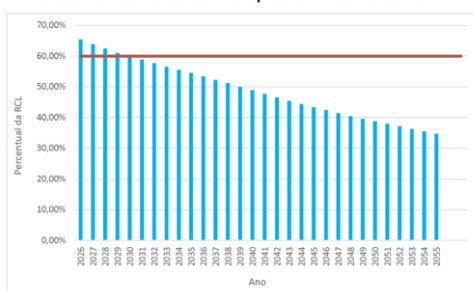
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPSEMP REALIZADA EM 28/05/2025

As 14:00 horas do dia 28/05/2025 na sede no Centro Administrativo do Município de Pompéu reuniu-se ordinariamente os conselhos deliberativo e Fiscal desta autarquia com a presença dos seguintes: Conselheiro Deliberativo: **Filipe Ribeiro Guimaraes da Silva, Rosimeire Aparecida Rodrigues de Paula, Eva Odione de Almeida, Aniangela Aparecida da Silva Veloso, Acácio Wander Cordeiro Maciel, Marcia Maria Rodrigues Lopes**, Conselheiro Fiscal do IPSEMP: **Keith Camila Xavier Faria, Denis Carvalho, Michella Ariane de Santana Vieira, Maria Ismênia Dias, Vilma Vieira de Azevedo Duarte**, Comitê de Investimento: **Ivanilda Ap. Vilaça dos Santos, Denise Aparecida Ferreira dos Santos, Alex Gonçalves dos Reis** com a seguinte pauta: 01) apresentação pelo Superintendente do estudo de viabilidade feito e apresentado a equipe de governo.

1) O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pompéu (IPSEMP) apresentou os dados apurados na avaliação atuarial de 2025, realizada pela empresa INTHEGRA e associados. O estudo revelou um **déficit atuarial** significativo e explorou cenários tanto para a eventual extinção do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) quanto para o equacionamento do déficit existente. O RPPS de Pompéu apresenta um déficit atuarial de R\$ 266.727.577,41, montante que deverá ser amortizado até o ano de 2055. Atualmente, a estratégia adotada pelo município para o equacionamento desse déficit consiste no pagamento por meio de uma **alíquota patronal suplementar**, que hoje corresponde a 17,06%. Contudo, estudos já indicam que em 2026 essa alíquota aumentará para 36%, com previsões de atingir 51,02% em 2055, em uma progressão anual. Diante dessa situação, o município solicitou à empresa INTHEGRA a realização de um estudo de viabilidade para analisar a possibilidade de extinguir o RPPS ou de equacionar o referido déficit atuarial. Em reunião recente, que contou com a participação da equipe de governo, de um representante da Câmara Municipal e de representantes do sindicato dos servidores municipais, foi decidido que o município e a Câmara realizarão uma avaliação atuarial própria para comparar os resultados com aqueles apresentados pela empresa INTHEGRA. Em seguida, foi apresentada uma breve retrospectiva da criação do RPPS de Pompéu e sua evolução financeira, demonstrando um crescimento do saldo de zero em 2003 para R\$ 72.786.716,66 em abril de 2025. **Cenários de Extinção e Desafios Atuariais.** Foram apresentados três cenários para a extinção do RPPS. É importante ressaltar que a extinção efetiva do RPPS somente ocorreria com o falecimento do último segurado (seja aposentado ou pensionista) e o pagamento da última parcela de compensação previdenciária, referente à contagem recíproca de tempo de contribuição entre os regimes. De acordo com a massa atual de servidores segurados pelo RPPS, esse processo se estenderia até o ano de 2099. O primeiro cenário de extinção apresenta a seguinte forma:

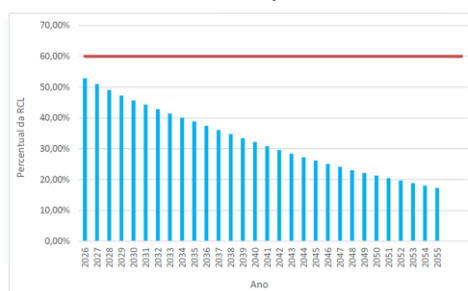
1 CENÁRIO DE EXTINÇÃO DO RPPS

Crescimento da RCL em 9% e Despesa com Pessoal em 6%



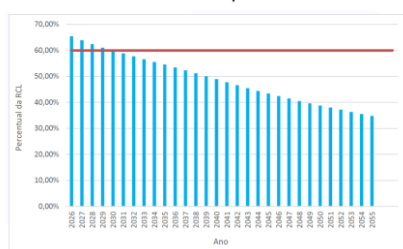
2 CENÁRIO DE EXTINÇÃO DO RPPS

Crescimento da RCL em 11% e Despesa com Pessoal em 6%



3 CENÁRIO DE EXTINÇÃO DO RPPS

Crescimento da RCL em 13% e Despesa com Pessoal em 10%



Conforme demonstrado nos gráficos anexos, **ambos os cenários de extinção são inviáveis** para o município. Isso se deve ao fato de que, com a aprovação da extinção do RPPS, todos os aposentados e pensionistas passariam a integrar a folha de pagamento municipal, elevando ainda mais a despesa de pessoal de Pompéu, que já ultrapassa o limite prudencial estabelecido pela Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Entre as possibilidades de redução da alíquota de contribuição suplementar para o equacionamento do déficit atuarial, foram citadas: A implementação da **reforma previdenciária** em conformidade com a Emenda Constitucional 103/2019. A **dação em pagamento de bens** cujos valores possam contribuir para o equacionamento. A possibilidade de **transferir para o RPPS a receita proveniente do desconto do imposto de renda retido na fonte dos servidores**, o que reduziria substancialmente o déficit atuarial. Não houve matéria para deliberação dos conselhos nem do comitê de investimento. Não havendo mais nada a tratar, eu, Marcelle dos Santos Oliveira, Secretária *Ad-Hoc*, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será por todos assinada.

Pompéu, 28 de maio de 2025